

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

CNPJ/MF nº 13.799.190/0001-09

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Demonstrações do Valor Adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("CRA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações fechada, com sede no Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco, e foi constituída em 10 de junho de 2011, tendo como objetivo a exploração, pelo regime de concessão, e a execução de obras do Complexo Viário e Logístico de SUAPE, nos termos do Contrato de Concessão celebrado em 18 de julho de 2011, com o Poder Concedente - Complexo Industrial Portuário Governador Erasto Guedes "SUAPE" (Governador do Estado de Pernambuco). A extensão concedida é de 44 km e o projeto é responsável pela integração do Sistema Rodoviário ao Complexo Industrial Portuário. O eixo principal da rota começa na BR-101 Sul, na altura do Hospital D. Helder Câmara e termina em Nossa Senhora do Ó, acesso a Porto de Galinhas e ao litoral Sul do estado de Pernambuco. Desde 30 de abril de 2021, a Companhia é controlada diretamente pela Monte Rodovias Nordeste J Holding Participações Societárias S.A. ("MRNE") e indiretamente pela Monte Rodovias S.A. ("Monte Rodovias"), as quais possuem 100% de participação no capital social da Companhia. 2. Base de preparação - Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Todas as informações relevantes próprias destas demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e estas correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados nestas demonstrações financeiras foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Incertezas sobre premissas e estimativas: As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota explicativa 12: reconhecimento de ativos fiscais diferidos; disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados; Nota explicativa 7, 11 e 14: reconhecimento e mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências e provisão para manutenção; principais características sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; ii. Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; - Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); - Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). 3. Políticas contábeis materiais - As políticas e práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. (a) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial: O contábeis a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábeis a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender as condições a seguir: • E mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment quando for o caso. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado. Redução do valor recuperável: Ativos financeiros: A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Passivos financeiros: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento também é reconhecido no resultado. (a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo. Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data de avaliação. (b) Imobilizado: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. (c) Ativos intangíveis e ágio: Ágio: O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Ativos intangíveis: A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é calculada pelo método linear a qual está limitado ao prazo final da concessão. Outros ativos intangíveis: Reconhecimento e mensuração: Os outros intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis limitadas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Gastos subsequentes: Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Os outros intangíveis da Companhia são softwares e tem a taxa de amortização de 20% a.a. (d) Custo de empréstimos, financiamentos e debêntures: Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido. Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificado são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizados pelo tempo dos contratos. (e) Provisões: As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os custos relativos a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. Provisão para manutenção: A provisão para manutenção representa os gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do encerramento do exercício. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam as saídas de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, considerando as particularidades eventualmente existentes em cada contrato de concessão. A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão para manutenção as intervenções físicas, de caráter periódico claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão. Provisão para contingências: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. A Companhia reconhece provisão para todos os riscos referentes a processos judiciais, administrativos, civis, trabalhistas, fiscais, ambientais e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação, resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A estimativa para créditos de liquidação duvidosa é feita com base em uma análise de todas as quantias a receber existentes na data do balanço patrimonial. Uma provisão para perdas esperadas é registrada quando há evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Registra-se a provisão para perdas esperadas no montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos recebíveis. A estimativa de perda é reconhecida na demonstração do resultado, assim como suas reversões. (f) Arrendamentos - CPC 06 (R2): No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, a partir da data de início do arrendamento, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento, compreendem aos pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos, é mensurado quando há uma alteração dos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é mensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso e é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A Companhia optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$2), utilizando, portanto, as isenções previstas em norma vigente. Para esses casos, os contratos são contabilizados



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 27/03/2026 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

... continuação

Concessionária Rota do Atlântico S.A.

Table with columns: Valor contábil, Total, Menos de um ano, Entre um e dois anos, Entre dois e cinco anos, Acima de cinco anos. Rows include Fornecedores, Debêntures, Partes relacionadas, Passivo de arrendamento.

d) Risco de crédito: As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, na não obtenção de novos financiamentos/garantias em função do mercado e nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras, onde ficam expostas ao risco da instituição financeira envolvida.

Table with columns: Indicador, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Rows include CDI, IPCA.

e) Risco de mercado: Exposição a riscos de taxas de juros e índices de inflação: A Companhia está exposta ao risco de variação de taxas de juros e índices de inflação, que podem causar aumento em sua despesa financeira, com o provisionamento de juros futuros.

Table with columns: Instrumento, Risco, Cenário I, Cenário II, Cenário III. Rows include Aplicação financeira, IPCA.

f) Risco de liquidez: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

g) Risco de crédito: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

Table with columns: Indicador, 2025, 2026, 2027, 2028, 2029. Rows include CDI (*), IPCA (*).

h) Risco de crédito: Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

5.3. Instrumentos financeiros por categoria: A seguir, apresentamos a segregação dos instrumentos financeiros, por categoria:

Table with columns: Nota, Nível, Mensuração(*), Contábil, Valor Justo. Rows include Caixa e equivalente de caixa, Contas a receber, Passivos, conforme o balanço patrimonial.

Table with columns: Nota, Nível, Mensuração(*), Contábil, Valor Justo. Rows include Debêntures, Fornecedores, Arrendamentos, Outras obrigações.

Técnicas de mensuração do valor justo: A Companhia avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e caucões contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos.

7. Contas a receber - a) Composição das contas a receber: Meios de pagamentos eletrônicos (i) Receitas acessórias (ii) Contas a receber

Table with columns: 2025, 2026, 2027, 2028, 2029. Rows include CDI (*), IPCA (*).

b) Composição das partes relacionadas: Mútuo entre CRA X MRNE (a) Total

6. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e bancos, Aplicações financeiras

c) Movimentação da PECLD: Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025

8. Intangível: Custo, Intangível em infraestrutura

d) Movimentação das debêntures: Contra- Vencimento, Encargos, Moeda financeira

Table with columns: Saldo em 31/12/2024, Adições (d), Baixas (c), Transferências (a), Saldo em 31/12/2025. Rows include Direito de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direito de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

Table with columns: Saldo em 31/12/2023, Adições (b), Baixas (c), Transferências (a), Reclassificações, Saldo em 31/12/2024. Rows include Direitos de concessão de serviços públicos, Obras em andamento.

9. Fornecedores: Fornecedores nacionais

10. Debêntures: a) Composição das debêntures

11. Provisão para manutenção: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldo de R\$ 12.402 (R\$ 10.146 em 31 de dezembro de 2024) referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura.

12. Impostos de renda e contribuição social - a) Impostos diferidos: O imposto de renda e contribuição social, diferidos, são reconhecidos somente quando seja provável que existirá base tributável para utilização das diferenças temporárias e prejuízos fiscais.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025. Rows include Provisão, Reversão, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025. Rows include Provisão, Reversão, Saldo em 31 de dezembro de 2025.

base nas demonstrações contábeis a partir de 31 de dezembro de 2022. O ICSD é avaliado anualmente com os resultados de 12 meses, conforme previsto em contrato. Cronograma de amortização da dívida

Table with columns: Saldo líquido em 1º de janeiro, Reconhecimento no resultado, Valor líquido, Ativo Fiscal, Passivo Fiscal, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

Até 31 de dezembro de 2027, foi reconhecido o direito ao benefício fiscal de redução de 75%, do imposto de renda - IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

Table with columns: 2025, 2024. Rows include Remuneração com encargos, Incentivo de longo prazo, Total, 16. Receitas, Receitas de pedágio, Receitas acessórias (locação de espaço físico e publicidade), Impostos e contribuição sobre serviços, Outras deduções, Receita líquida de serviços, Receita de construção, Receita líquida, 17. Custos por natureza, Custos de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Provisão para manutenção, Depreciação e amortização, Custos dos serviços prestados, Custos de construção (a), Total.

18. Despesas gerais e administrativas por natureza: Despesas de pessoal, Serviços de terceiros, Materiais, equipamentos e veículos, Gastos gerais, Depreciação e amortização, Custos dos serviços prestados, Custos de construção (a), Total.

19. Resultado financeiro líquido: Rendimentos de aplicação financeira, Descontos obtidos, Atualização monetária ativa, Impostos sobre receitas financeiras, Outras receitas financeiras, Receitas financeiras, Juros de debêntures, Juros de contratos de arrendamento, Juros de contratos de mútuo passivos, Atualização monetária passiva, Multas e juros, Outras despesas financeiras, Despesas financeiras, Resultado financeiro líquido.

20. Lucro por ação - O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

21. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024. Rows include Variações dos fluxos de caixa de financiamento, Amortização de debêntures, Partes relacionadas - pagamento, Pagamento de arrendamento, Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento, Outras variações, Custos de transação (i), Despesas com juros (ii), Juros capitalizados (iii), Juros pagos, Baixas de arrendamentos (iv), Reclassificações (v), Total das outras variações relacionadas com passivos, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

22. Lucro por ação básico e diluído por ação - Em Reais

Table with columns: Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024. Rows include Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024.

23. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

24. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

25. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

26. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

27. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

28. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

29. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

30. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

31. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

32. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

33. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

34. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024

35. Saldo em 31 de dezembro de 2023, Saldo em 31 de dezembro de 2024



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 27/03/2026 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

... continuação

Concessionária Rota do Atlântico S.A.				
	Partes	Relacio-	Arrenda-	
	Debên-	nadas	mentos	Total
	turas			
Outras variações				
Novos arrendamentos (i)	-	-	8.878	8.878
Custos de transação (i)	670	-	-	670
Despesas com juros (i)	20.830	385	367	21.582
Juros capitalizados (i)	630	-	-	630
Juros pagos	(13.284)	-	-	(13.284)
Baixas de arrendamentos (i)	-	-	(934)	(934)
Reclassificações (i)	-	-	1.528	1.528
Total das outras variações relacionadas com passivos	8.846	385	9.839	19.070
Saldo em 31 de dezembro de 2025	181.046	19.902	7.828	208.776

(i) Transações sem efeito caixa.

Felipe Guidi – Diretor Presidente

Wilman Sanchez Moitinho – Vice-Presidente Financeiro

Felipe Mattos de Melo – Contador CRC RJ 117091/0-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da **Concessionária Rota do Atlântico S.A.** | Cabo de Santo Agostinho-PE. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rota do Atlântico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Rota do Atlântico S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de Receita: Veja a Nota 3(i) e 16 das demonstrações financeiras – Principal assunto de auditoria:** Conforme nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, a receita de pedágio da Companhia é decorrente dos termos e das condições estabelecidas no contrato de concessão rodoviária, o qual determina que a concessão tem por objetivo a exploração da rodovia

determinada no contrato com cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários. A receita é composta por um grande volume de transações de baixo valor individual, decorrente da passagem de usuários pelas praças de pedágio da rodovia administrada pela Companhia. Em virtude da relevância da receita líquida nas demonstrações financeiras da Companhia, do grande volume de transações, bem como dos processos que suportam o reconhecimento da receita, essa área foi considerada com uma das principais em nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: (i) obtenção dos entendimentos sobre o fluxo de reconhecimento de receitas, considerando a natureza da receita, aspectos contratuais, principais sistemas utilizados no processo de reconhecimento de receita; (ii) leitura do contrato de concessão para avaliar dados utilizados no cálculo da receita de pedágio; (iii) comparar toda receita reconhecida no exercício com os respectivos recebimentos financeiros; (iv) com base amostral, realizar inspeção documental para validar integridade e precisão dos dados utilizados no extrato bancário; (v) avaliamos se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receita de pedágio, entendemos que os critérios para o reconhecimento de receita adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025. **Outros assuntos – Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS Accounting Standards, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração

é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos rele-

vantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Salvador, 26 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP 014.428/F-7

Diego Feliciano Irineu
Contador
CRC 1SP 223.212/0-2



Documento assinado e certificado digitalmente no dia 27/03/2026 conforme MP nº 2.200-2. A autenticidade pode ser conferida ao lado



Conteúdo produzido pelo Jornal Diário da Manhã pe. A autenticidade deste documento pode ser comprovada pelo QR code ao lado

